

INTERREG III – B: SUDOESTE EUROPEU

“Organização de redes e de Acções de Cooperação sobre o Monte
Mediterrâneo”

ANEXO TÉCNICO

Introdução

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (P.D.S.F.P.), “De acordo com os estudos económicos existentes, Portugal é, no contexto europeu e mesmo mundial, um País especializado nas actividades silvícolas”.

Segundo o mesmo plano “A grande influência da actividade humana ao longo da história determinou uma diversidade da paisagem do mundo rural com uma marcada integração da agricultura, silvicultura e pecuária, cujos valores são reconhecidamente determinantes para um desenvolvimento sustentável do País”. Neste espaço florestal, moldado desde tempos imemoráveis pelo homem, é bem visível a sua constante acção e omissão.

O regime de propriedade caracteriza-se por uma dominância do sector privado (87%), sendo a sua estrutura fundiária composta por explorações predominantemente de tipo minifundiário, onde o produtor florestal se caracteriza pela distância física às explorações e à não dependência económica das mesmas.

Temos uma floresta fundamentalmente privada e pulverizada em pequenas “bouças”, com uma forte lacuna na gestão e com preocupantes taxas de abandono. A ausência da valorização económica da floresta será sempre um factor indutor da sua degradação.

Os incêndios constituem uma das principais fragilidades do sistema florestal Português. Estes resultam dum clima com períodos quentes e sem pluviosidade (que deixaram de se confinar ao verão), associados a índices elevados de combustível acumulado no nosso bosque e á existência do fogo como elemento regulador do ecossistema, tornando o espaço florestal excessivamente vulnerável, pondo em perigo um sistema ecologicamente frágil, mas muito diversificado e rico, património Europeu ou talvez mundial.

Segundo o P.D.S.F.P. “A política e as estratégias de desenvolvimento florestal não se confinam à produção de madeira ou cortiça, mas incluem uma vasta gama de outros bens e serviços, que tendem a ser cada vez mais valorizados”.

A vulgar abordagem económica da floresta que é a da produção de lenho, que já nos anos 50 se combatia, havendo mesmo quem afirmasse que esta vertente representava apenas 1/4 do valor da sua real contribuição, está ainda presente na definição de algumas políticas agrícolas europeias e patente a sua larga dominância, nos vários congressos florestais mundiais.

As diversas produções económicas da nossa floresta são de uma importância vital para o seu desenvolvimento e valorização, têm por isso que ser defendidas de uma forma sustentável nacional e internacionalmente.

Sentindo os mesmos problemas que estão diagnosticados na proposta de Sória, ou seja, revendo-nos quase cabalmente na mesma realidade, com os problemas associados ao minifúndio privado - falta de gestão e ordenamento florestal e abandono da propriedade; intensa humanização da paisagem rural e o problema dos elevados riscos de incêndio, pretendemos apresentar um projecto que consiga abranger as 3 componentes já determinadas (Social, Ecológica e Económica).

Pretendemos desenvolver em 3 sítios piloto, acções transversais que consigam dar resposta às 3 vertentes atrás mencionadas.

Diagnóstico da Região Norte e Centro de Portugal

A Floresta da Região Norte e Centro tem um grande peso a nível nacional. Esta representa 50 % da superfície Florestal do continente, 54 % do VAB e 75 % do n.º de explorações florestais.

É uma floresta de minifúndio, com a propriedade muito atomizada, mas que se agrega fisicamente em manchas contínuas importantes que se situam principalmente em zonas de montanha, com predominância do pinheiro bravo e com alta incidência de fogos florestais.

É uma floresta que apresenta grandes deficiências de gestão e defesa quando comparada com a do Sul do País e com a do Norte de Espanha e Sul de França, apesar de apresentar enormes potencialidades de melhoria de produção e grande capacidade de dinamização do desenvolvimento rural nas áreas actuais desde que sejam ultrapassadas as dificuldades sociais da sua organização.

Identificação dos Sítios Pilotos

A unidade geográfica estabelecida para a definição dos Sítios Piloto foi o Concelho, uma vez que, determinadas acções operam a esse nível. No entanto, para outras acções que nos propomos desenvolver, nomeadamente as acção 2 e 3, não faz sentido que seja essa a unidade base. Assim sendo, dentro de cada Sítio Piloto, serão definidas Unidades de Gestão, que representam um conjunto de parcelas pertencentes a vários proprietários, correspondendo aos agrupamentos que se irão constituir.

Sítio Piloto 1 – Baixo Minho – Vale do Ave - Concelho de Vila Verde

O Baixo Minho apresenta uma área total de 330 117 ha com uma população de 955 842 indivíduos. O Concelho em causa apresenta uma área total de 22 720 ha, da qual cerca de 11 000 ha apresentam uma ocupação florestal, sendo 5 000 ha área de incultos. Este Concelho está inserido no distrito onde o número de ocorrências entre o período de 01 de Janeiro a 31 de Outubro de 2001, foi o mais elevado do País, com 877. A área ardida para igual período foi de 3 678 ha.

No que respeita ao tipo de regime de propriedade, este é maioritariamente privado, onde se verifica que 84.5% das explorações florestais apresentam uma área inferior a 2 ha.

Consideramos ser uma das áreas prioritárias de intervenção, uma vez que a Gestão Florestal nesta zona praticamente não existe, e onde a pressão humana se faz sentir mais intensamente, aliás como se pode constatar pelo número de incêndios. A Associação Florestal do Cávado, nossa associada, tem vindo a fazer esforços no sentido de promover a constituição de áreas de gestão conjunta, bem como na tentativa de apoiar os proprietários privados na defesa da floresta contra incêndios, constituindo uma equipa de Sapadores Florestais.

A área na qual se pretende implementar as acções caracteriza-se por ser maioritariamente constituída por Pinheiro bravo com cerca de 20 anos, algum Eucalipto que não está a ser gerido e ainda por uma pequena parte com regeneração natural de Pinheiro bravo. Contamos angariar uma área entre 80 a 100 ha, dos quais 20 ha são pertencentes a uma área baldia gerida por uma Junta de Freguesia, e a restante área pertencente a cerca de 20 proprietários individuais.

Sítio Piloto 2 – Beira Interior Norte – Distrito da Guarda - Concelho de Ceia

A região da Beira Interior Norte apresenta uma área total de 631 334 ha, com uma população de 258 228 indivíduos. O distrito da Guarda, é aquele que na Região Centro de Portugal apresenta uma maior percentagem de explorações com menos de 0.5 ha, sendo que a percentagem de explorações com menos de 2 ha é de 88.7, cenário este que já se tem verificado nas áreas anteriormente descritas. O concelho de Seia tem uma área florestal total de 30 300 ha, dum total de 43 592 ha. A área de incultos é de cerca de 10 800 ha.

Neste distrito, os dados referentes aos incêndios florestais, para o período compreendido entre 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2001, revelam que o número de ocorrências foi de 702, ardendo uma área total de 19 068 ha. Igualmente neste período verificaram-se 5 incêndios de dimensões maiores que 100 ha. Destes, do maior incêndio resultou uma área ardida de 8 911 ha.

As áreas de gestão conjunta compreendem dois núcleos, geograficamente perto um do outro, envolvendo no total cerca de 28 proprietários e uma área aproximada de 160 ha. É de realçar a diversidade de espécies que ocupam este núcleo, que vão desde o *Pinus pinaster*, *Populus hibrida*, *Quercus robur*, *Fraxinus angustifolia*, *Prunus avium*, entre outras folhosas. Facilmente se compreende do elevado valor ecológico que esta área representa. O risco de incêndio é bastante

elevado, devido à grande quantidade de combustível presente no povoamento, pelo excessivo desenvolvimento dos matos.

Caracterização das Acções

Acção 1 - Sapadores Florestais: (Vertente Económica)

A prevenção e o combate aos incêndios florestais, tem sido uma política constante levada a cabo pelo Estado Português. As consequências graves que os incêndios têm vindo a provocar ao longo destes últimos anos, não só ao nível dos povoamentos florestais (perdas ambientais e económicas), mas também ao nível humano, tem obrigado à aplicação de medidas que procuram a sua diminuição. No entanto, os efeitos nem sempre foram os desejados, por variadíssimas razões, das quais podemos apontar a implementação de medidas inadequadas (a principio baseadas em medidas unicamente de combate), a falta de uma eficaz avaliação do terreno e de planificação das acções, associado às dificuldades de actuação devido às características fisiográficas, climáticas e estruturais da floresta portuguesa.

É com base numa das acções recentemente implementadas pelo Estado Português, que prevê a constituição de Brigadas de Sapadores Florestais constituídas por várias equipas com 5 trabalhadores cada, que actuam ao longo de todo o ano em acções de silvicultura preventiva e de 1ª intervenção a incêndios florestais, essencialmente vocacionados para a propriedade privada, que nos propomos a levar a cabo um conjunto de acções de forma a atingir os objectivos gerais que abaixo se discriminam:

Melhorar através de Planeamento e Avaliação a actuação das Equipas

Melhorar através de informação/divulgação e formação os técnicos responsáveis pelo desempenho das equipas.

Comparar entre os vários Modelos existentes a actuar no terreno.

As medidas a preconizar passam por:

- definir Planos estratégicos de Intervenção, definindo-se as áreas prioritárias de actuação correspondendo às de maior risco de incêndio e/ou aquelas que representam um maior interesse em preservar pelas características que possuem aos vários níveis (ambientais, sociais e económicos);

- propor um conjunto de metodologias de actuação das equipas, numa perspectiva de melhoria contínua com vista a atingir os objectivos propostos.

Indicadores:

ACÇÃO 1	<i>Indicadores de Realização</i>	<i>Objectivos Quantificados (por Sítio Piloto)</i>
Sapadores Florestais		
1.1 Definição dos Planos estratégicos de Intervenção	Planos de Actuação	4
	Relatórios de Actuação	4
1.2 Propostas de metodologias de actuação das equipas	Relatório Final	1

Acção 2 – Dinamização de Unidades de Gestão Agrupadas (Vertente Social)

Uma das fragilidades apontadas ao sistema florestal português prende-se com o elevado fraccionamento e dispersão da área florestal privada, com maior evidencia no Norte e Centro do País. As taxas de abandono são igualmente altas, pelo que se tem assistido a uma deterioração dos povoamentos, caracterizados pela falta de gestão e a um nível mais amplo de ordenamento. O factor escala também não permite uma eficácia financeira na sua gestão e na sua exploração, associado ainda aos elevados riscos de perdas, principalmente no que diz respeito aos incêndios florestais.

Esta tendência tem que necessariamente ser invertida, com uma forte aposta na sensibilização e informação dos proprietários florestais, com vista à implementação de modelos de gestão conjunta que reduzam os efeitos negativos da situação existente.

Pelo exposto anteriormente, pretende-se desenvolver acções que visem a dinamização e a criação de áreas de gestão conjunta, que igualmente servirão de base para a de Gestão Sustentada previstos na Norma Portuguesa de Gestão Sustentada.

Para tal será necessário:

- divulgar os objectivos do projecto aos proprietários que irão constituir os Agrupamentos (Unidades de Gestão);
- reunir com os proprietários e definir as Unidades de Gestão;
- elaborar um plano prático para as operações a serem definidas;
- elaborar os levantamentos cartográficos por parcela e por proprietário;
- verificar as áreas em termos de registo;

- elaborar cartografia temática com base nos resultados, quer desta acção, quer da acção 3, que permita caracterizar a Unidade de Gestão do ponto de vista estrutural e de existências.

Indicadores:

ACÇÃO 2	<i>Indicadores de Realização</i>	<i>Objectivos Quantificados (por Sítio Piloto)</i>
Acção 2 - Dinamização de Unidades de Gestão Agrupadas		
2.1 Levantamento Cartográfico da U. G.		
2.1.1 Trabalho de Campo	Fichas de Campo	22
2.2 Identificação de Situações do Estado Legal		
2.2.1 Verificação de Documentação		
2.3 Elaboração de Cartografia Temática		
2.3.1 por proprietário	Cartografia Digital / Papel	1
2.3.2 por ocupação	Cartografia Digital / Papel	1
2.3.3 infra - estruturas	Cartografia Digital / Papel	1
2.3.4 pontos de interesse	Cartografia Digital / Papel	1
2.3.5 prioridades de intervenção	Cartografia Digital / Papel	1

Acção 3 - Gestão Sustentada da Floresta (Vertente Económica)

“Desenvolvimento de uma acção comum de estratégia e de acompanhamento no âmbito da gestão sustentável das florestas integrando a multifuncionalidade.”

Um dos objectivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento da Sustentável da Floresta Portuguesa passa pela criação de um Sistema de Certificação da Gestão Florestal Sustentável.

Recentemente foi aprovada a Norma Portuguesa – Sistemas de Gestão Florestal Sustentável - Aplicação dos critérios pan – europeus para a gestão florestal sustentável.

A apresentação de uma Unidade de Gestão ao processo de certificação requer um conjunto de procedimentos, que estejam em conformidade com a Norma Portuguesa referida anteriormente.

A aplicação da Norma Portuguesa, tem como principal objectivo, permitir que determinada Unidade de Gestão possa:

Implementar, manter e melhorar um sistema de gestão florestal sustentável;

Demonstrar perante terceiros, a sua conformidade perante a política florestal interna definida;

Por último, obter a certificação do seu sistema de gestão florestal sustentável por um organismo externo.

O objectivo nesta fase e para o projecto em causa, concentra-se na primeira alínea, sendo que as restantes serão um passo subsequente.

A importância que este tema apresenta na actualidade e a escassa preparação dos proprietários florestais para poder responder ao desafio da Certificação Florestal, coloca-nos numa posição em que se torna obrigatório interceder junto destes, no sentido de os apoiar ao nível técnico, ao nível documental e ao nível legal.

Torna-se imprescindível aplicar e testar os indicadores definidos, para que seja possível qualquer Unidade de Gestão submeter-se ao processo de certificação. No entanto, por se tratar ainda de um processo muito recente, e ainda não haver estudos suficientes que concluam acerca da adequação dos indicadores definidos às condições da floresta portuguesa, com esta acção propomo-nos para cada Unidade de Gestão a:

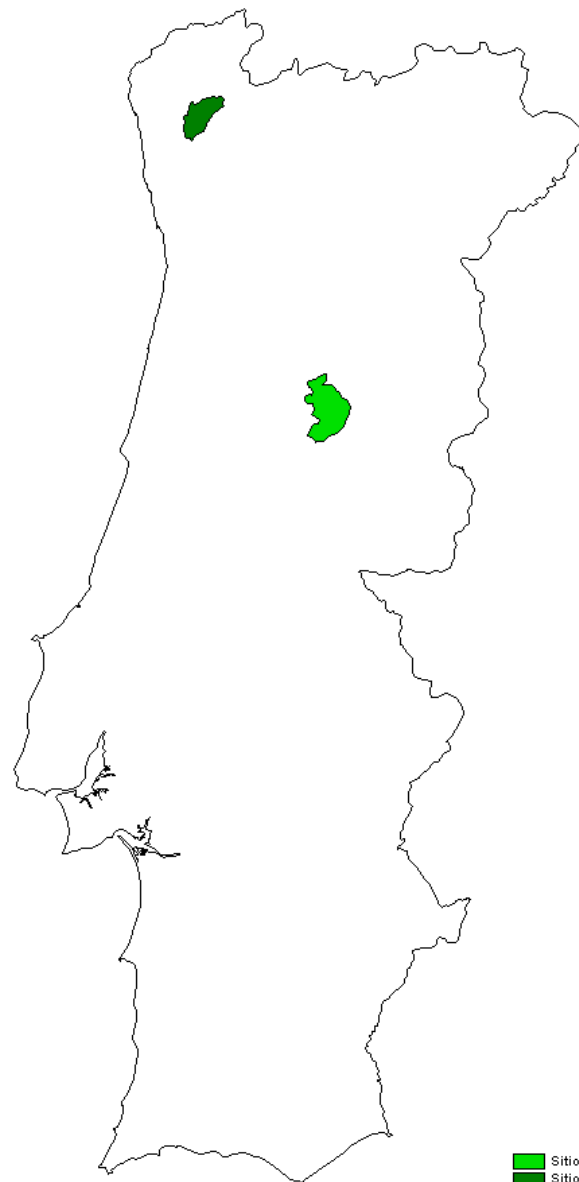
- definir uma política florestal e objectivos atendendo às exigências legais e aos aspectos sociais, económicos e ambientais relacionados com a Gestão Florestal;
- definir as parcelas de amostragem em cada unidade de gestão
- testar indicadores de gestão florestal sustentada;
- reunir o conjunto de dificuldades, caso existam, na aplicação dos indicadores e identificar aqueles que não estejam adequados à nossa realidade;
- propor possíveis campos de investigação que possam ser uma mais valia na aplicação dos indicadores;
- identificar o conjunto de não conformidades reais ou potenciais;
- elaborar um plano de gestão.

Indicadores:

ACÇÃO 3	<i>Indicadores de Realização</i>	<i>Objectivos Quantificados (por Sítio Piloto)</i>
Acção 3 - Gestão Sustentada da Floresta		
3.1 Informação Base		
3.1.1 Caracterização da U.G.	Relatório Final	1
3.2 Implementação dos Indicadores		
3.2.1 Levantamento dos dados de campo	Ficha de Campo	1
3.2.2 Tratamento dos dados de campo	Relatório Técnico	1
3.3 Avaliação dos Indicadores	Relatório Técnico	1
3.4 Elaboração Plano de Gestão da U.G.	Plano de Gestão	1

INTERREG III B - SUDOESTE

Localização Geográfica dos Sítios Piloto



 Sítio Piloto 2
 Sítio Piloto 1
 Portugal



Plano de Trabalho

ANOS	2003				2004				2005			
	1°	2°	3°	4°	1°	2°	3°	4°	1°	2°	3°	4°
Acção 1												
Acção 2												
Acção 3												

Plano de Financiamento por Rubricas

1. Estudos/Relatórios	17.974,76	8%
2. Recursos humanos	151.967,97	72%
3. Despesas de deslocação/Alojamentos	16.711,08	8%
4. Promoção/Divulgação	5.000,00	2%
5. Reuniões/Conferências/Seminários	8.000,00	4%
6. Equipamentos	10.000,00	5%
7. Infraestruturas de pequena envergadura	0,00	0%
8. Despesas gerais: a especificar	2.096,54	1%
9. Outros: a especificar (Custos Bancários)	0,00	0%
TOTAIS:	211.750,35	100%

Plano de Financiamento por Anos

ORÇAMENTO/ANO	2003	2004	2005	TOTAL POR RÚBRICA
1. Estudos/Relatórios	4.493,69	8.987,38	4.493,69	17.974,76
2. Recursos humanos	37.991,99	75.983,99	37.991,99	151.967,97
3. Despesas de deslocação/Alojamentos	4.177,77	8.355,54	4.177,77	16.711,08
4. Promoção/Divulgação	1.250,00	2.500,00	1.250,00	5.000,00
5. Reuniões/Conferências/Seminários	2.000,00	4.000,00	2.000,00	8.000,00
6. Equipamentos	2.500,00	5.000,00	2.500,00	10.000,00
7. Infraestruturas de pequena envergadura	0,00	0,00	0,00	0,00
8. Despesas gerais: a especificar	524,13	1.048,27	524,13	2.096,54
9. Outros: a especificar	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL POR ANO	52.937,59	105.875,17	52.937,59	211.750,35
	25%	50%	25%	100%

Plano de Financiamento por Acções

FORESTIS	Acção 1	Acção 2	Acção 3	Total	% Rubrica/Projecto
1. Estudos/Relatórios	4.323,90	8.986,77	4.664,09	17.974,76	8%
2. Recursos humanos	67.541,32	33.770,66	50.655,99	151.967,97	72%
3. Despesas de deslocação/Alojamentos	7.427,15	3.713,57	5.570,36	16.711,08	8%
4. Promoção/Divulgação		2.500,00	2.500,00	5.000,00	2%
5. Reuniões/Conferências/Seminários	2.666,67	2.666,67	2.666,67	8.000,00	4%
6. Equipamentos		6.000,00	4.000,00	10.000,00	5%
7. Infraestruturas de pequena envergadura				0,00	0%
8. Despesas gerais: a especificar	698,85	698,85	698,85	2.096,54	1%
9. Outros: a especificar (Custos Bancários)				0,00	0%
TOTAIS:	82.657,88	58.336,52	70.755,95	211.750,35	100%

Identificação e Caracterização da Entidade

A inexistência de organizações de proprietários florestais, a falta de gestão da floresta privada e comunitária, especialmente nas regiões Norte e Centro de Portugal e o potencial florestal produtivo desse espaço, estão na base da criação da *Forestis*, uma organização sem fins lucrativos (reconhecida de utilidade pública em 1998) que tem os três objectivos fundamentais seguintes :

- Promover a criação de Organizações Florestais Sub-Regionais de proprietários florestais, assim como fornecer-lhes uma série de serviços;
- Contribuir para um ordenamento florestal sustentável;
- Representar os proprietários florestais junto dos agentes da fileira florestal e da Administração Pública.

Neste momento, a *Forestis* presta apoio à 27 Organizações Florestais Sub-Regionais (cada uma dotada de um engenheiro florestal) e representa cerca de 7 000 proprietários. Estas organizações desempenham um papel notável de apoio (informação, assessoria técnica, elaboração e acompanhamento de projectos de investimento florestal, vigilância e protecção contra incêndios) aos seus sócios e são parceiras incontornáveis das entidades públicas e privadas (CEF's locais, autarquias) locais no âmbito de acções de sensibilização e prevenção contra os incêndios florestais. Desde 1995, a *Forestis* conta com a mesma equipa técnica permanente : 4 engenheiros florestais, 1 doutorada em socio-economia, uma escriturária e uma licenciada em gestão.

A *Forestis* é constituída pelos :

1. Sócios : Organizações Florestais Sub-Regionais, e, ainda organizados numa secção específica, indivíduos e instituições públicas ou privadas ligados à problemática florestal. Em conjunto a *Forestis* representa directa e indirectamente cerca de 7000 sócios;
2. Órgãos sociais dos quais destacamos a Direcção (5 membros efectivos, Presidente, Prof. Dr. Francisco Carvalho Guerra), o Conselho Técnico (constituído por personalidades de reconhecido mérito no domínio das ciências ligadas ao espaço florestal) e o Conselho Superior (constituído por pessoas singulares ou colectivas

de reconhecido relevo institucional ou socio-económico na fileira florestal (Presidente : Comissão de Coordenação da Região Norte);

3. Uma equipa técnica pluridisciplinar em diálogo permanente com os sócios. Para além dos técnicos das Organizações Florestais Sub-Regionais, trabalham nos serviços centrais 4 engenheiros florestais, uma doutorada socio-economista, uma licenciada em gestão e uma primeira escriturária;
4. Foi especialmente criado um Conselho Científico para a carta de aptidão florestal (Prof. Dr. Fernando Páscoa, Prof. Dr. João Bento, Prof. Dr. Angelo Oliveira, Prof. Dr. Monteiro Alves, Prof. Dr. Francisco Rego e Eng.º José Moreira da Silva).

Os seus principais objectivos concentram-se em:

- Representar os seus associados junto dos poderes públicos e privados a nível regional, nacional e internacional.
- Fomentar a nível local o associativismo florestal.
- Contribuir para a definição de uma política florestal.
- Prestar aos associados apoios, assessoria técnica, económica e jurídica e outros serviços que valorizem as propriedades florestais e quem nelas actua.
- Apoiar e fomentar a investigação florestal.
- Fomentar iniciativas tendentes à protecção e desenvolvimento sustentado da floresta.